

Domingo, 21 de Junho de 2026

Deputado federal usa emendas parlamentares para financiar shows de cantor do qual é empresário

Investigação revela que cinco cidades utilizaram recursos de emendas indicadas por parlamentar para pagar apresentações de artista cuja empresa ele é sócio.

Investigação apurou que recursos de emendas parlamentares indicadas pelo deputado federal Yury do Paredão (MDB-CE) foram utilizados para custear apresentações do cantor de forró Jonas Esticado, cujo empresário é o próprio parlamentar. A apuração identificou cinco municípios que destinaram verbas para esse fim por meio da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados.

As contratações ocorreram por intermédio da empresa Jonas Esticado Gravações & Edições Musicais LTDA, que tem como sócios o cantor e o deputado Yury do Paredão, sendo administrada pela mãe do congressista. Cada apresentação do artista custou R\$ 300 mil aos cofres públicos municipais.

O município de Acopiara, no interior do Ceará, destinou R\$ 300 mil de verba recebida via emenda para contratar Jonas Esticado em apresentação realizada durante o evento "Festeja, Acopiara!", no dia 4 de outubro de 2025. O valor correspondeu a aproximadamente metade do montante total repassado ao município.

Situação análoga ocorreu em Altaneira, onde a administração municipal utilizou idêntico valor de emenda indicada por Yury para pagar apresentação do cantor de forró durante festividades de Santa Teresa D'Ávila em outubro passado. Na mesma lógica, o município de Aurora também contratou o artista pelos mesmos R\$ 300 mil em emenda parlamentar para comemorar seus 142 anos.

Em Mombaça, a emenda foi indicada conjuntamente por Yury do Paredão e pelo deputado Eunício Oliveira (MDB-CE), também através da Comissão de Turismo. Parte dos recursos foi destinada à contratação de Jonas Esticado para o Festival Viva Mombaça, realizado em novembro de 2025. Farias Brito também incluiu o cantor em programação financiada por emenda do parlamentar, desembolsando R\$ 300 mil durante a ExpoVaq, em setembro do mesmo ano.

As emendas foram indicadas ao Orçamento da União por meio da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. Os valores foram repassados aos municípios durante o decorrer de 2025, após cada prefeitura firmar convênio com o Ministério do Turismo. Todas as contratações seguiram o mesmo padrão de valor unitário e empresa responsável pela execução dos serviços.

Jonas Esticado é reconhecido como um dos principais cantores de forró do país, com grande repercussão nacional. Seu repertório inclui sucessos como "Investe em Mim", e o artista já realizou parcerias com nomes de destaque do segmento musical, como Gustavo Lima e Wesley Safadão.

Quando procurado pela reportagem, o deputado Yury do Paredão negou qualquer ingerência nas decisões das prefeituras. Conforme comunicado oficial de seu gabinete, as emendas parlamentares destinam recursos aos

entes públicos dentro das regras orçamentárias vigentes, sendo de responsabilidade exclusiva dos municípios a execução dos convênios, definição da programação, escolha de atrações e procedimentos administrativos de contratação.

O parlamentar argumentou que a execução dos convênios é atribuição das administrações municipais, que devem realizar os pagamentos e prestar contas aos órgãos competentes. Complementou afirmando que diversas cidades contrataram vários artistas de renome nacional durante esses eventos, seguindo lógica de mercado que leva em conta capacidade de público, identidade cultural e retorno econômico local.

O gabinete do deputado também frisou que as escolhas não representam destinação dirigida a um único artista, mas sim decisões administrativas tomadas pelas prefeituras sobre as quais o parlamentar não teria ingerência. Apontou ainda que sua atuação no setor artístico-cultural do Nordeste é pública e anterior ao mandato, mas não se confunde com as decisões administrativas municipais.

O Ministério do Turismo, quando acionado para comentar sobre o assunto, limitou-se a informar que as referidas emendas são discricionárias da Comissão de Turismo, cabendo ao ministério apenas o cumprimento das regras vigentes.

As prefeituras mencionadas na investigação foram contatadas para prestarem esclarecimentos, porém não responderam aos questionamentos. O espaço continua aberto para manifestações dos gestores municipais envolvidos no caso.

Embora as emendas sejam tecnicamente da Comissão de Turismo, os nomes dos autores das indicações aprovadas pelo colegiado são publicizados, atendendo às exigências de transparência e rastreabilidade estabelecidas pelos Três Poderes após determinação do Supremo Tribunal Federal. As emendas de comissão são indicadas pelos colegiados do Congresso Nacional, mas não possuem execução obrigatória pelo Poder Executivo, diferentemente das emendas individuais e de bancada que contam com impositividade.